

Dois artigos são devotados à "festa do Divino", uma das manifestações religiosas mais típicas do nosso litoral: "A teologia do Espírito Santo na festa do Divino" e "O Espírito Santo na RP", o primeiro mais intuitivo, o segundo bem apoiado em sólida pesquisa bibliográfica.

Segue um artigo que comenta a figura de Madre Paulina, fundadora das Irmãs da Imaculada Conceição e preseta a ser beatificada, apresentada como "encarnação da fé de uma colônia de imigrantes" italianos em Nova Trento, SC, em fins do século passado.

Fora do tema monográfico, mas de real interesse para nossos leitores, é o anúncio do lançamento do Projeto de uma "Patrologia latino-americana", concebido e já em via de concretização pelo Diretor do nosso Instituto, Prof. Daniel Ramada.

Antes das "Notícias do ITESC" temos, por fim, breve apresentação da "Christifidèles Laïci", a alentada Exortação Apostólica de João Paulo II sobre o tema do Sínodo de 1987,

"Vocação e Missão dos leigos na Igreja e no mundo".

Este número da nossa Revista está saindo num período de acentuada crise econômico-político-social que inquieta o país, nesta fase de incerteza e ao mesmo tempo de esperança, que precede as eleições presidenciais de novembro. Nosso povo, na sua religiosidade sincera e na sua fé profunda, ainda crê, ainda espera, ainda conta com a intervenção divina, capaz, hoje como ontem, de mudar o curso da história. E mudá-lo para melhor, assim o esperamos.

Acontece que essa "espera" não pode ser de braços cruzados, nem só "olhando para o céu", como os "varões da Galiléia" apostrofados pelas duas testemunhas celestes no momento da Ascensão (cf At 1,11). É preciso "voltar para a cidade", para a luta do quotidiano, e ali dar a nossa contribuição para que o Reino venha, e aconteça, no meio de nós.

A DIREÇÃO

ENCONTROS
TEOLÓGICOS

REVISTA DO
INSTITUTO
TEOLÓGICO DE
SANTA CATARINA

NÚMEROS MONOGRÁFICOS
Nº 6: Religiosidade Popular

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 476
Caixa Postal 5041 - ITESC
8041 - FLORIANÓPOLIS - SC

EDITOR: Diretoria do ITESC
REDATOR: Pe. Ney Brasil Pereira

ENCONTROS TEOLÓGICOS
quer ser um contributo à reflexão da
Igreja em Santa Catarina

A edição deste número de ENCONTROS TEOLÓGICOS contou com o apoio do
Governo do Estado.

RELIGIOSIDADE POPULAR: COMO INTERPRETAR?

Pe. Hércion Ribeiro
Professor de Missiologia - SP

O tema da religiosidade popular (RP) tem estado continuamente na reflexão quer teológica quer pastoral. Todavia ele não tem evoluído de modo significativo. Os artigos e conferências, livros e encontros, praticamente repetem idéias. Isto significa que esta reflexão ou não tem tido utilidade na prática ou os que a elaboram não têm compromisso com a realidade do povo; pode ser também que não se conheça suficientemente o fato ou ainda não se pode ser suficientemente comprometido com a causa: RP.

Há uns anos atrás, em livro, afirmei que o tema tinha deixado de ser "assunto de moda" para ganhar profundidade teológica (1). Vejo que me enganei! Talvez um leitor mais benevolente possa afirmar que o tema não tenha chegado aos agentes de pastoral (?!). Af se poderia lhes perguntar se estão eles interessados em refletir tal temática; ou antes, em acompanhar a mudanças das religiões do povo e de próprias religiosidades?

Na verdade os estudos atuais não apontam caminhos e idéias novas. Fundamentalmente se está repetindo o dito de alguns anos atrás, salvo a ubicação de uma ou outra realidade factual. Estaria, ao menos, a prática pastoral popular avançando?

O porque de tal questionamento está substancialmente situado nos pressupostos da compreensão da RP. E para perceber tal assertiva convém re-situar o tema no contexto histórico-eclesial. É o que tentaremos fazer a partir de duas perspectivas – ambas católicas: uma, a partir do “catolicismo oficial” e a outra, a partir do povo/popular.

CONTEXTO HISTÓRICO-ECLESIAL

O catolicismo brasileiro, desde a invasão portuguesa, em 1500, tem sido criticado como supersticioso e fraco. Tais críticas se acentuaram a partir dos compromissos do Imperador D. Pedro II e da introdução do catolicismo tridentino no Brasil (sobretudo a partir da 2ª metade do século XIX). As ácidas críticas contra tal catolicismo não faltam inclusive no presente, apesar de algumas posturas e/ou documentos em contrário. Para localizar isto na história, basta recordar as célebres ‘Constituições da Bahia’ de 1707, o hoje centenário “Concílio Plenário Latino Americano” (Roma, 1889), a Carta Pastoral de D. Leme (1916), o cinquentenário “Concílio Plenário Brasileiro” (Rio de Janeiro, 1939), centenas de cartas pastorais dos bispos, as primeiras declarações da CNBB, etc.

Críticas análogas e centenárias permanecem ainda hoje a partir do poder central da Igreja, apontando quatro causas principais da debilidade histórica deste nosso cristianismo: falta e formação deficiente do clero, problema das “seitas” (espiritismo, protestantismo), ignorância religiosa (religiosidade popular) e superstições (magia, sincretismo, etc.).

A partir desta mentalização sobre nosso catolicismo, algumas estratégias pastorais históricas foram estabelecidas, tais como: restauração romana (cristianismo sacramental, centrado no papado, orientações mais rigorosas na formação do clero, etc.), desnacionalização e/ou despolíticação da prática da fé (oposição às idéias do clero liberal – particularmente de Diogo de Feijó –, eliminação do poder eclesial local dos leigos, novo santoral e expansionismo das congregações religiosas européias, especialmente as voltadas para a educação escolar).

Tal postura vai encontrar reforço em SC por coincidir com a imigração, sobretudo, de alemães, italianos e poloneses, os quais, além de corroborar a implantação do capitalismo brasileiro inicial, traziam uma espiritualidade católica diversa da que viviam por aqui os chamados “brasileiros” e os luso-açorianos (2). O desprezo às coisas (leia-se: vida) dos “brasileiros” (ou “cabocios”) e dos luso-açorianos levou lentamente o novo clero (romanizado e não mais regalista) a eliminar também dos templos, igrejas e capelas, o cristianismo daqueles. Tal cristianismo aqui recriado fora gestado nos séculos XIV e XV em Portugal e para cá trazido por colonos pobres e alguns padres (franciscanos, jesuítas e seculares) que eram funcionários da Coroa Portuguesa, e não dependentes do papado (daí a qualificação de regalistas).

A estratégia da evangelização em SC foi sendo centrada sempre mais na vida sacramental

A estratégia da evangelização em SC – sobretudo na 1ª metade deste século – foi sendo centrada sempre mais na vida sacramental, sob a direção do clero, por força da atuação de algumas figuras/símbolo, como: no litoral Mons. Topp (alemão), no planalto serrano Frei Rogério (alemão), dos bispos D. João Becker (alemão), D. Joaquim D. de Oliveira (português), D. Daniel Hostin (descendente de alemães). A pastoral renovada –

por força do Concílio Vaticano II – até há bem pouco tempo, continuou a privilegiar este cristianismo eclesiocêntrico.

O pouco caso – e porque não: desprezo?! – do cristianismo popular é decorrente de análise privilegiadora do cristianismo tridentino, que, com suas atualizações nos Concílios I e II Vaticano, é o que permanece hegemônico. Sem embargo, há outros fatores que merecem ser elencados para uma hermenêutica mais séria e responsável. Assinalo algumas mais à guisa de provocação e/ou sugestão: a compreensão do termo “povo” (popular), a dialética entre popular/não popular, o ideológico das eclesiologias, a questão do poder e da ministerialidade, e a própria essência do catolicismo cristão (3).

QUEM É O POVO?

É polêmico o termo “povo”, por ser um conceito fluido. É difícil estabelecer – mesmo para além dos discursos ideológicos – quem é o povo ou o que é popular. Teológico-juridicamente para a Igreja Católica Romana, os batizados são incorporados a Cristo e por isso formam o “Povo de Deus” (can. 204); mas essa concepção é aberta demais e por isso mesmo indefinida.

Nas ciências do social, o problema é o mesmo. Delimitar este conceito só seria possível na comparação e exclusão do “não-povo”, ou melhor do “não-popular” (4). Porém, aí a dificuldade aumenta, pois “não popular” ou “não povo” é uma categoria negativa (de negação do que é a coisa) e inobjektiva, que deve ser traduzida em termos positivos tais como “elite”, “oficial”, “erudito”, etc. Aí se poderá dizer que povo não é a elite, ou popular é o não-oficial. Então povo por sua vez passaria a ser caracterizado pela negação ou seja “o povo não é...”. Todavia permanecem as questões básicas, isso porque a contraposição povo/elite é uma conceituação elaborada em cima da questão do poder; valendo quem tem poder (econômico, político, cultural, religioso, etc.) sobre quem não tem. A dialética “popular/oficial” aponta para o enfoque político, onde “popular” se torna “marginal” ou “à margem”. No enfoque cultural surge a questão “popular/erudito”. A perspectiva científica identifica popular como simples; o científico seria complexo e rigoroso. Ampliando sinonimicamente: para um enfoque ecológico, percebe-se popular como rural, contraposto ao urbano; um enfoque religioso faz emergir o profano como popular distinto do sagrado; o enfoque econômico aponta para o pobre como popular. E a questão semântica pode continuar indefinidamente... Na verdade tem-se usado consensualmente no Brasil o termo “povo” referido à grande maioria pobre.

Se categorizar “povo”/“popular” é difícil, como então precisar o que seja religiosidade popular?

RELIGIÕES DO POVO E RP

Inúmeros estudiosos, hoje, vem substituindo o conceito de RP por “religião(ões) do povo” (5). Puebla – seguindo Paulo VI, que preferia o termo “piedade popular” (6) – usa indistintamente “catolicismo popular”, “religiosidade popular”, “religião do povo”, “piedade popular”, além de outras expressões sinônimas (7). É necessário, porém, precisar alguns termos, dado a intenção de alguns cientistas da religião que influenciam a linguagem teológica-pastoral. Com razão se vem falando sobre “religião do povo”. Nos meios populares tem havido atualmente uma criatividade religiosa muito intensa. Além da umbanda – que é caracterizada como a típica religião brasileira (8) – nos meios populares surgem, como fruto de sincretizações, novas “religiões” ou “igrejas”. Sua grande maioria – na linha cristã – provém do pentecostalismo. Ao lado destas religiões populares cristãs, medram no meio popular outras tantas de origem espírita e/ou afro-brasileira.

As religiões populares em SC não tem sido levadas em conta

As religiões populares em SC não tem sido levadas em conta nem pelas Igrejas cristãs históricas (católica, luterana, etc.), nem pelos cientistas sociais e instituições (como UFSC, UDESC e universidades regionais), ou centros de pesquisa social. Portanto não existem subsídios confiáveis para se falar sobre elas, além das constatações empíricas de que elas crescem a olhos vistos e que não podem ser julgadas como simplesmente agenciadas pela CIA ou como puro fator de alienação (9).

O conceito de “**religião popular**” – expressão da moda – não é suficiente para substituir o de **religiosidade**. Aquele tem um universo factual, objetivo, quantificável, etc. É um “fato” sociológico ou sócio-antropológico. A valorização deste termo evidencia, isto sim, uma precisão e distinção de realidades, antes simplificadas no uso dos diversos conceitos como se um fosse sinônimo do outro.

Religiosidade popular é uma situação psico-social religiosa ou teológica.

Antes de precisá-la melhor, convém desde logo eliminar alguns dados simplistas. Pessoas – agentes de pastoral e cientistas – identificam “religiosidade popular” com atos da religião do povo (10). Assim por exemplo: uma procissão, um passe umbandista, um despacho espírita, o dom das línguas, o batismo das águas, as “conversões ou entregas” a Jesus, o iconográfico, o hinário, etc.

A exteriorização em atos é um momento expressivo de um estado de espírito. O ato – ritualizado ou espontâneo – é a manifestação de uma atitude pessoal ou grupal. O cumprimento de atos religiosos externos não significa necessariamente uma vivência religiosa. E a vivência, sim, é a própria religiosidade, quer a nível pessoal, quer a nível popular. Neste sentido, religião popular e religiosidade popular pode existir tanto nas “religiões populares” quanto nas “oficiais”. Ela – que pode se constituir a partir da soma de atos religiosos – é uma síntese orgânica e coerente para quem a vive – seja individual, seja socialmente. Ela é o “espírito” da religião. Ninguém de bom senso dirá ser religiosa a pessoa só por frequentar a escola dominical e participar do culto, no caso luterano, por exemplo; mas será religiosa (praticamente ou militante) a que vivencia o cristianismo luterano e então o manifesta participando das promoções de sua igreja. Assim – é preciso frisar – a RP é um modo de ser, antes de um fazer. As manifestações populares da religiosidade são momentos fortes de determinada religião (popular ou não), mas não necessariamente os mais significativos. A religiosidade (popular) é a mística da religião (popular ou oficial), é a experiência da divindade (seja qual for a deidade cultivada), e portanto ela cria um “ethos” religioso, que por sua vez é essencialmente **simbólico**. E porque é simbólico, é real. No caso das religiões populares este “ethos” (comportamento) não deixa de ser simultaneamente **parabólico**. O “ethos” religioso popular pode ter dimensões espirituais sem ser espiritualista como pode ser meramente espiritualista. Assim a caritativa ação assistencial dos espíritas difere profundamente da postura religiosa análoga de inúmeros grupos neo-pentecostais. O relacionamento devocional católico popular distingue os “santos fazedores de milagres” dos “santos para se imitar” (11).

AS VARIAÇÕES NO CRISTIANISMO E MODELOS DE IGREJA

Neste artigo já várias vezes foi citada a expressão “religiosidade popular cristã”, bem como “catolicismo popular”. Este texto objetiva basicamente a compreensão da RP no catolicismo.

Historicamente o cristianismo tem apresentado diversas formas, institucionalizadas ou não. Conhecemos sobretudo o cristianismo católico e o genérico cristianismo protestante, nas suas variantes luterana, evangélica, calvinista, etc. Ao menos por ouvir falar, sabemos dos cristianismos ortodoxos do Oriente. Propositadamente usamos o plural pois que são ao menos 12 os principais; só das igrejas bizantinas-ortodoxas fazem parte 21 igrejas autocéfalas, com mais de 100 milhões de cristãos. Do cristianismo nestoriano, pouco conhecemos.

O cristianismo, em síntese, tem diversas dimensões, não apenas cúltricas ou teológicas, mas também vivenciais. O atual cristianismo católico romano, por ter um caráter mais sacramental, se distingue do cristianismo protestante que é mais carismático e bíblico (além de inúmeras outras significativas diferenças).

A partir do II Concílio do Vaticano, é evidente a pluriformidade do Cristianismo Católico Romano

A partir do II Concílio do Vaticano, é evidente a pluriformidade do cristianismo católico romano (oficial). Aquela aparente unidade monolítica está desfeita, a ponto de alguns bispos conservadores não terem pejo de atacarem publicamente, através de jornais, seus próprios irmãos no episcopado, além dos teólogos (12). Uma tal atitude, na verdade pre-nuncia duas questões de fundo, interligadas: uma eclesiológica e a outra sobre o próprio papel da Igreja. Ao tomar forma social e histórica no cristianismo permanecem a mesma fé, o mesmo batismo e o mesmo Senhor. Contudo, a exteriorização, organização e institucionalização da fé, se constroem sobre eclesiologias diferentes (não estamos afirmando: opostas necessariamente). Além do primeiro **modelo da Igreja primitiva** – que era pluriforme, encontramos uma **Igreja de estílo monástico**, onde os próprios leigos privilegiavam a fuga do mundo. O **modelo clerical-sacramentário** se instaurou fortemente a partir do Concílio de Trento; “faz” a salvação passar pelo caminho dos sacramentos; é marcado pela direção do clero e pela inexpressiva força dos fiéis cristãos. Um quarto modelo poderia ser o de uma **Igreja “laical”**, pensando a partir dos 99,99% dos cristãos que vivem no mundo, cujo fundamento é o batismo (este modelo chistosamente é acusado de “protestantização” da Igreja). Tais modelos não existem de modo puro, são eles mais ou menos estremeados, com predomínio de um sobre elementos de outros. Parece que as Igrejas na América Latina, particularmente no Brasil, começam a produzir um outro modo de ser Igreja – que inclusive facilitaria ecumenicamente a superação das históricas divisões do cristianismo. Ele se embasaria na **evangelização**, que é a missão de todos os batizados vivendo no mundo e aí construindo, à luz do Evangelho, a sociedade nova como sinal do Reino; este modelo conciliaria criativamente a RP e a Religião Oficial.

Tais modelos eclesiológicos, todavia, apontam para a questão básica: a própria razão de ser Igreja. Ela, em suas relações com o Reino e com o mundo, assume um eclesiocentrismo ou sua sacramentalidade **no mundo**; a instituição está a serviço de quê: de si própria no seu “mistério”, ou sua catolicidade está em assumir todos os problemas dos homens em todas e quaisquer partes?

A RELIGIOSIDADE POPULAR CATÓLICA COMO UM MODO DE SER IGREJA

Normalmente, quando se pensa em RP católica, faz-se alusão ao catolicismo pré-tridentino para cá trazido por cristãos

portugueses simples, dos tempos da Colônia e do Império. Hoje ele pode ser identificado como catolicismo rural tradicionalista, privatizado e sem sua anterior dinamicidade; ele está ligado ao mundo cósmico, é devocional a-sistemático, afetivo, festivo (mesmo em ocasiões de luto e dor), não-sacramental (ou melhor: privilegia apenas os sacramentos populares – batismo, matrimônio e primeira eucaristia), é anti-intelectual, místico e cultural. Tal cristianismo católico, a cada dia se torna mais herança rural, e vai se tornando de difícil absorção pela própria maioria dos ex-rurícolas, que estão acampando e inchando as cidades. Por causa das grandes mudanças sócio-econômicas e suas implicações, ele perde sua força social e se privatiza, manifestando-se esporadicamente em alguns atos devocionais apenas, não tão distantes do folclore cívico-religioso. Ele tornou-se assim no presente – pelo contato com o catolicismo ultramontano, que se quer hegemônico – sem força e, para sobreviver, privatizou-se... (13). Ele não pode ser idealizado – em si – sob pena de se perder o passo da história. Devagar, ele vai perdendo sua força de vida, o que é natural frente às transformações queridas pela modernidade. Querer, pois, resgatá-lo ou purificá-lo é uma ingenuidade quando não uma exorbitância de poder. Perceber a RP, neste nível, é querer sustentar uma Igreja tradicionalista ou elitista. A “alma” do catolicismo popular não está nestes atos que perderam sua força evangelizadora. Sua recriação é algo bem mais profundo... O catolicismo oficial atual, na verdade, é algo de difícil assimilação: a) por privilegiar demasiadamente a razão (herança da sincretização helenista); sua teologia é algo apenas para letrados e bem iniciados (que o digam estudantes de teologia, pois após uma média de 12/13 anos de estudos, têm dificuldade em responder questões teológicas simples). Quem deveria compreendê-la é sobretudo o clero presbiteral e episcopal – algo bem menos que 0,1% dos católicos, e que conhece sua estruturação romana, sua teologia e doutrina, sua sacramentologia, etc.; b) O catolicismo oficial privilegia a espiritualidade sacramental e eútica sob a direção e controle do clero. Este catolicismo na verdade não atinge 20% dos fiéis cristãos (constatação empírica a partir da frequência dominical à Igreja).

A religiosidade popular “tradicional” vai-se aproximando do folclore religioso

A religiosidade popular tradicional, porque perde seu vigor de evangelização, vai-se aproximando do folclore religioso, como é o caso dos reisados, das festas do Divino, procissões do Senhor dos Passos; lentamente estes atos se transformam em fontes de exploração econômica e turística – por vezes altamente rentável até para a “caixa” da igreja. Aí a religiosidade vem sendo confundida com atos religiosos. A diferença está em que os atos lentamente perderam a dimensão vivencial da fé, que os animou num tempo anterior. A permanência da cerimônia ou rito(ato) fica então deslocada da postura abrangente, globalizadora e integradora da vida. Estes atos, anteriormente eram preparados, urdidos, durante muitos dias – meses até – criando um “espírito”, determinando um modo de vida. Isto é: tinham uma mística, como hoje se percebe no carnaval. O carnaval produzido nas favelas e morros dos pobres dura um ano inteiro de preparação; comunidades há que se organizam em torno deste evento que dura apenas “3 dias na avenida”: mas durante o ano inteiro pensou-se nele, falou-se nele e sonhou-se com ele; os “ricos” e turistas – porque só vivem os “3 dias de folia” – não têm a “mística” do carnaval. O ato religioso tradicional, porque perdeu seu suporte místico, não dinamiza mais a

fé popular. Falar, então, de tal religiosidade ou querer recuperá-la não é prudência e nem caridade pastorais.

A RELIGIOSIDADE POPULAR HOJE

Tentemos estabelecer, portanto, outras bases para construir subsídios de uma evangelização religiosa popular: 1) todos os cientistas do social reconhecem que existe um **dinamismo na cultura**; isto é: todo povo evolui em seus costumes, modos de pensar, agir e sentir, construindo novas sínteses, abandonando posturas anteriores. Sobretudo atos e comportamentos hoje são postergados **muito** rapidamente, e tal acontece por vezes com os próprios valores. Estes, por sua vez, tomam novas formas de manifestação no caso de permanecerem; 2) é possível **recuperar a dimensão mentalizadora da fé**, que em épocas anteriores se manifestava em atos religiosos; 3) sobretudo os cristãos populares exigem uma **ligação fé-vida** e eles próprios renovam sua religiosidade; 4) a **nova religiosidade popular** cresce na Igreja popular; 5) o próprio **cristianismo católico oficial** se renova criativamente na América Latina e particularmente no Brasil: o eclesiocentrismo vai dando lugar a uma Igreja-povo de Deus peregrino, que é sinal sacramental do Reino para todos os homens e mulheres, especialmente para os pobres; 6) a **história da salvação** é o pano de fundo ao pensar a RP.

A superação do binômio clero/leigo (será que está acontecendo esta superação em SC?), substituindo-o adequadamente pela missionariedade de toda a Igreja, oportuniza a **recriação do catolicismo popular**, onde é fundamental e fundante a vivencialidade [fraterna concreta historicizada].

E essa é a RP que nos importa, no sentido eclesial. A RP feita pelos pobres

Cristãos pobres (e agentes orgânicos) estão re-assumindo criativamente a “mística” – e relegando os “atos” – dos cristãos portugueses do Brasil colonial e imperial. A **cristandade brasileira** primeira foi a dos colonos pobres, dos negros destribados e dos índios preados; portanto, de uma gente vencida. Desde lá até hoje vive no Brasil a grande dicotomia entre o povo e “senhores”, em todos os sentidos (pólitico, econômico, cultural, religioso, etc.). O catolicismo popular sobreviveu marginalmente; e no tempo da “restauração romana” foi-se esvaziando até se tornar um catolicismo tradicional privatizado. O atual cristianismo católico popular é, em certos ambientes, seu herdeiro. Todavia, em periferias urbanas e zonas rurais se autore-criou. É um cristianismo de vencidos, de oprimidos e marginalizados. Porém, ele – mais além de Medellín e Puebla – recria na força do Espírito Santo, sua fé, sem dicotomia, apesar de possíveis limites. E aqui está o que diferencia e aproxima o mesmo catolicismo popular-brasileiro. O primeiro foi dinâmico e existencialmente envolveu a vida sem dicotomizar, mas depois perdeu sua força porque se viu privado de seu dinamismo missionário; o atual recupera o ela e a memória primeira. E essa é a RP que nos importa, no sentido eclesial. A RP feita pelos pobres – compartilhada por agentes orgânicos – nos Movimentos dos Sem-Terra, dos acampados, das barragens, da CPT, da CPO, das Comissões de Saúde, dos Grupos de Reflexão ou de Famílias, nas CEBs, para exemplificar. Estes cristãos populares – senhores da nova religiosidade popular – são os que vêem: a) nas celebrações a concretização da fraternidade nova, conquistada frente às injustiças que Deus não quer; b) nos santos os companheiros de caminhada, que já venceram e por isto lhes são estímulos; c) na reflexão bíblica, onde a Palavra de Deus se tor-

na viva e eficaz para o dia de hoje – como foi para os irmãos de outrora; d) nas associações e movimentos a união para a defesa da dignidade humana; e) na diversidade cultural étnica, política ou de sexo, a riqueza polivalente de Deus para o enriquecimento de todos; f) no clero e autoridades, homens e mulheres, companheiros iguais, mesmo com seus serviços específicos. A eclesialidade da RP – sem se fixar na identidade sacramental, privilégio o profético e pastoral: Ela em SC pode ser lida em chave “arqueológica” ou realista. É preciso, porém, vê-la no contexto global da sociedade, sob pena de se produzir uma perspectiva ingênua e espiritualista. Ela é uma síntese criativa, que inova e que não pode ser vista com critérios saudosistas, sejam clericais sejam laicos. Olhos e ouvidos, mentes e corações novos, recebidos como dons do Espírito que sopra onde e como quer, são fundamentais para perceber a nova RP também em SC. Esta nova RP está mais próxima da religiosidade oficial porque a última: a) passa a se conceber mais como Igreja-povo, conjunto de batizados que têm uma missão comum (ser semente e comprovação do Reino, anunciado e vivido como uma Nova Boa; b) entende seu ministério como serviço, sobretudo aos pobres; c) descobre seu Cristo antes nos rostos crucificados dos caboclos, negros, índios, menores carentes, peões, operários, meeiros que nos rostos rechonchudos de loirinhos alemães e italianos bem criados. A conversão – em processo – da Igreja em SC faz os cristãos populares acreditarem nela, respeitar suas limitações e desejá-la como companheira de caminhada. A recuperação da missionariedade eclesial emprenha, engravida, tanta a RP quanto a RO e em ambas começa a gestar o desejo de apressar a construção do Reino, através de uma sociedade justa, democrática, popular e socialista, onde haja pão, vestimenta, saúde, casa, lazer, trabalho, participação, justiça e comunhão.

Para ler a RP em SC são necessários critérios de interpretação que tomem em conta sua historicidade e a história da salvação. Tal proposta foi o que se tentou pontualizar nesta reflexão, evidenciando a dificuldade de conceituar “povo/popular”, distinguindo conceitos de “religião popular” e “religiosidade popular”, atos e mística que impregnam a RP; formas de cristianismo, modelos eclesiológicos da Igreja católica, modo de ser católico pela RP, formas históricas tradicionais (e tradicionalistas) e contemporâneas da RP em SC.

A RP, no caso da Igreja católica, é uma forma alternativa de compreender o cristianismo, que, sem se estruturar a partir da organização, teologia, prática sacramentária, assume a fé cristã na globalidade da vida dos cristãos populares. Ela é um modo católico de ser na convivência com os irmãos e com Deus, a serviço da evangelização libertadora.

Reconhecê-la e catá-la como dom do Espírito de Deus é uma tarefa de todos os homens e mulheres de boa vontade que descobrem nos sinais dos tempos as diversas linguagens do Deus que amorosamente encontra os filhos e filhas e lhes atualiza sua histórica revelação.

NOTAS:

- (1) RIBEIRO, H. *A religiosidade popular na teologia latino-americana*, S. Paulo, Paulinas, 1985. Especialmente pp 11-39.
- (2) RIBEIRO, H. *Da periferia um povo se levanta*, S. Paulo, Paulinas, 1988. pp 128-148.
- (3) RIBEIRO, H. *A religiosidade popular...*, pp 219-234.
- (4) CESAR, Waldo. “O que é “popular” no catolicismo popular”, in: *REB*, vol. 36, fasc. 141 (1976), pp 5-18.
- (5) No Brasil, esta substituição tem sido enfatizada pelo ISEB e CESEP.
- (6) EN, 48.
- (7) RIBEIRO, H. *A religiosidade popular...*, pp 47-8
- (8) PEREIRA QUEIROZ, M. Isaura. “Evolução religiosa e criação: os cultos sincréticos brasileiros”, in: *Cristianismo y Sociedad*, nº 88, México, 1986, p. 14.
- (9) Veja-se o livro de Delcio Monteiro Lima: *Os Demônios descem do Norte*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1987.
- (10) GALILÉA, Segundo. *Religiosidade Popular e Pastoral*, S. Paulo, Paulinas, 1978, p. 19.
- (11) ROLIM, F. “A religião do pobre e seu anúncio”, in: *REB*, vol. 41, fasc. 164 (1981), p. 761.
- (12) Recorde-se a recente polémica armada na imprensa pelo bispo Luciano Duarte Cabral contra o bispo Pedro Casaldáliga, por ocasião do “pito” recebido por este.
- (13) OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. “Religiões populares” in: V.V.A.A. *Curso de Verão: ano II*, S. Paulo, Paulinas, 1988, p. 121.

Endereço do Autor:

*Faculdade de Teologia N. S. da Assunção
Avenida Nazaré, 993 - Ipiranga
04263 - São Paulo - SP*

AMOSTRAS DA RELIGIOSIDADE POPULAR NO NOVO TESTAMENTO

Pê. Ney Brasil Pereira
Professor de Exegese

“Aproximou-se dele por detrás, no meio da multidão, e tocou-lhe as vestes. Porque dizia: “Se ao menos tocar as suas vestes, ficarei curada...” (Mc 5,27b-28)

1. INTRODUÇÃO

Quem de nós não viu, em nossos Santuários e em festas de Padroeiros, o nosso povo aproximando-se reverente da imagem para beijá-la ou tocá-la, para beijar a fita que estabelece o acesso até o Santo, ou beijando a Santa Cruz e o Senhor Morto na Sexta-feira Santa, ou tomando da água que jorra nas grutas de Nossa Senhora de Lourdes? E quem de nós já não fez, ou não “pagou”, alguma promessa? Isto, sem falar em tantas ou-

tras manifestações da expressão simples da fé, que se convencionou chamar de “religiosidade” ou “piedade popular”.

É sabido como o Documento de Puebla dedicou largos espaços à consideração deste tema, quer anunciando-o no nº 109, quer tratando-o ex-professo no § 3 do cap. II da segunda parte, sob o título “Evangelização e Religiosidade popular”, nn. 444-469, quer ainda voltando ao assunto no § 1º do cap. III da terceira parte, quando, entre os meios para a comunhão e a participação, estuda a Liturgia, a oração pessoal e a “piedade” ou “religiosidade” popular (1).

Querendo contribuir para o estudo do tema, pretendo neste artigo abordar algumas “amostras da religiosidade popular no Novo Testamento”. Isto é, vamos indentificar e, quanto possível, comentar alguns casos, no Novo Testamento, nos quais encontramos manifestações e elementos desse tipo de expressão simples da fé, que chamamos de “religiosidade popular”.